

Estorvos civilizatórios

[*Civilizing hindrances*]

Adelia Bezerra de Meneses¹

[FREI BETTO. *Tom vermelho do verde*. Rio de Janeiro, Rocco, 2022.

RESUMO · Amalgamando História e ficção, o livro *Tom vermelho do verde* de Frei Betto relata o massacre dos Waimiri-Atroari, tendo como pano de fundo a construção da Rodovia BR-174, em plena Ditadura Militar, nos anos 1968-1980. De fato, os militares, aliados a membros da Funai acumpliciados com garimpeiros que se fazem passar por pastores evangélicos, interessados na exploração da imensa riqueza mineral da floresta amazônica, procedem a um verdadeiro genocídio – que, na situação atual, significa um ecocídio. **PALAVRAS-CHAVE** · Genocídio Waimiri-Atroari, desmatamento da floresta Amazônica, mineração, Ditadura Militar.

ABSTRACT · Joining History and Fiction, the book *Tom Vermelho do Verde* by Frei Betto reports the Waimiri-Atroari massacre, against the backdrop of the construction of the BR-174 Highway, during Military Dictatorship, in the years 1968-1980. In fact, the military, allied with members of Funai, together with miners who pretend to be evangelical pastors, interested in exploiting the immense mineral resources of the Amazon rainforest, carry out a veritable genocide – which, in the current situation, means an ecocide. **KEYWORDS** · Waimiri-Atroari's Genocide, deforestation of the Amazon rainforest, mining, Military Dictatorship.

Recebido em 17 de agosto de 2022

Aprovado em 20 de agosto de 2022

MENESES, Adelia Bezerra de. Estorvos civilizatórios. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 82, p. 290-296, ago. 2022.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i82p290-296>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

“Índios são estorvos civilizatórios, Ministro. Se dermos ouvidos a eles e a seus porta-vozes, teremos que trocar o nosso jargão ‘pra frente, Brasil!’ por ‘Brasil, marcha a ré!’” (FREI BETTO, 2022, p. 195).

A frase, dirigida ao Ministro Shigeaki Ueki, da Pasta de Minas e Energia (1974-1979) da Ditadura Militar, Governo Geisel, foi pronunciada pelo Coronel João Carlos Nobral Vieira, então à frente da Funai, mas poderia figurar num jornal de hoje. Registrada no mais recente livro de Frei Betto, *Tom vermelho do verde*, condensa o núcleo da visada oficial das autoridades da Ditadura de 64 sobre os povos originários.

Amalgamando História e ficção, inspirada pelo livro *Massacre*, de Silvano Sabatini (SABATINI; FON, 1988) e contando com o testemunho e informações fundamentais do casal de indigenistas Egydio e Alice Schwade, essa obra relata o massacre dos Waimiri-Atroari, tendo como pano de fundo o projeto da construção da Rodovia BR-174, ligando Manaus a Boa Vista, em plena Ditadura Civil-Militar (anos 60 a 80) do século passado. E chega a 2021, com as tratativas para o “Linhão” de Tucuruí, linha de transmissão de energia que passa pelo território dessa mesma nação indígena, desmatando a floresta e dando continuidade ao processo de extermínio, implacável. É claro que os indígenas não se comportam como vítimas que se deixam imolar em sacrifício; reagem, e, na sua retaliação, matam os ditos civilizados. E embora vidas humanas não possam ser aferidas quantitativamente, não há comparação entre milhares exterminados, do lado indígena, e dezenas, do lado “civilizado”.

Lastreado por rigorosa pesquisa, esse texto evidencia o viés jornalístico e a força do ensaísmo militante que tanto marcam o Autor e sua práxis: usar a inteligência informada para pensar o país e denunciar os agravos à vida, erguendo sua voz, incansável, em defesa de grupos vulneráveis. É isso ser “profeta”, no sentido etimológico, de *pro + femi* (*pro*: preposição que significa “diante de”, “em lugar de”; e *femi*, da mesma raiz de “falar”). *Profeta* é aquele que fala diante do poderoso, em lugar de quem não pode falar. Neste caso, os povos indígenas, que só agora, com mil obstáculos, lutam por assumir sua própria voz – e fazê-la ressoar nos espaços de decisão. Estamos em 2022 e há uma única parlamentar indígena no Congresso! (Por isso é tão bem-vinda a proposta do candidato Lula, nestas eleições presidenciais de 2022, da criação de um Ministério dos Indígenas – com um deles à frente da pasta.)

Contextualizando a ação no período da Ditadura Civil-Militar inaugurada pelo golpe de 64, surgem nesse livro, aqui e ali, flashes desses “anos de chumbo”: incontornáveis referências à tortura de prisioneiros políticos, alusões à repressão da guerrilha do Araguaia, militarização da política (num patamar, no entanto, inferior àquele que se verifica hoje, diga-se de passagem), referências à “Escola das Américas”, na Geórgia, com cursos de contra insurgência comunista; opaca insegurança em emitir opiniões que pudessem ser consideradas críticas à situação ditatorial. E para além do período da Ditadura, restam os temas que atravessam a vida nacional, de uma atualidade urgente e dolorosa: vidas indígenas que não importam, interesse norte-americano nos minérios do riquíssimo subsolo amazônico, bem como na biodiversidade da floresta; riqueza contrabandeada para o exterior; transnacionais assanhadas com “a maior área mineral do planeta”, emergência do missionarismo evangélico (de origem estadunidense) acobertando maquinações lucrativas. E o genocídio virando ecocídio.

Um outro pensamento paradigmático entre os militares da Ditadura, e corrente nos nossos tempos, comparece no livro na boca do General Lira Tavares, Ministro do Exército no governo de Costa e Silva (o segundo ditador a assumir a presidência do Brasil, após o golpe de 64). O Autor ficcionaliza a cena em torno de uma mesa coberta por um imenso mapa da Amazônia:

“Repare nessa imensidão de terras ociosas” – observou Lira Tavares ao encostar a barriga na borda da mesa e comprimir o mapa com aponta da vareta. – “Temos aqui cinco milhões de quilômetros quadrados. É uma irresponsabilidade deixar tamanha área estratégica entregue à ociosidade dos índios, à cobiça dos aventureiros e ao risco de ser ocupada por estrangeiros” (p. 20).

O foco narrativo é o da contemporaneidade, é um olhar dos nossos tempos que seleciona aquilo que aparece na cena do encontro do General histórico com o Coronel fictício, o Coronel Fontoura, que servirá de fio condutor da narrativa, da primeira à última página, e que assume o projeto de construção da BR-174. Diz ele, numa tirada que é todo um programa:

“Vamos retalhar a Amazônia em rodovias, assim como a natureza já a recortou em rios e igarapés. A região não progride porque não produz, e não produz por não ter vias de transporte. Levaremos o progresso até lá. Haveremos de explorar suas riquezas naturais e implantar lucrativos projetos agropecuários” (p. 20).

Assim é que de imediato, logo no começo do livro, pontos sensíveis já afloram: a suposta ociosidade do indígena, uma concepção perversa de “progresso” (nos levando, inevitavelmente, ao binômio caro a Walter Benjamin: civilização *versus* barbárie); a exploração de recursos naturais (entenda-se: mineração); a agropecuária “lucrativa” (cuja implantação, sabemos, significará a destruição de biomas).

Efetivamente, nada mudou, a cantilena é a mesma, a situação só se agrava na atualidade, a demarcação das terras indígenas tarda (nenhum centímetro foi demarcado no Governo Bolsonaro), paira a sombra da questão do marco

temporal. Mas o livro de Frei Betto não vem somente mostrar que as questões são as mesmas; ele aponta com contundência algo que precisaria ser muito mais divulgado, a saber, o genocídio de uma etnia, em que militares, mais agentes da Funai acumpliciados com garimpeiros que se faziam passar por pastores evangélicos, mais empresários de grosso calibre, mais autoridades policiais, quase exterminaram a nação Waimiri-Atroari, que se autodenomina povo Kinja, uma etnia ainda não “pacificada”. O livro denuncia também, com detalhes, o complô de que os Waimiri-Atroari foram vítimas, responsabilizados pelo assassinato de uma comitiva da Funai; e mostra também que os “missionários” evangelizadores instrumentalizaram outras etnias (como os Wai-Wai) para ajudarem no extermínio indígena. E que dizer de casos em que malocas foram incendiadas e seus moradores foram inculcados pelo fogo nas próprias aldeias?

A trama é intrincada, por vezes, difícil de ser acompanhada, exigindo uma releitura de páginas anteriores, para definição dos agentes de tanta mortandade: é o sangue no verde da floresta, a que o título se refere.

Sabemos que não data de hoje a devastação da floresta e das vidas dos seus guardiães, os indígenas de “*presença inútil e incômoda*”; mas o que nos impacta é a escala em que o massacre se deu, numa fatia específica de tempo, tendo como pano de fundo a construção da Rodovia BR-174, rasgando terras dos Waimiri-Atroari. E isso tudo aconteceu sem que tivesse havido publicidade dos fatos, ou mesmo conveniente registro histórico: morreram 2.650 Waimiri-Atroari, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade; e ao todo – mas essa é também uma cifra subavaliada –, 8.350 indígenas foram chacinados durante a Ditadura Militar. Aliás, faz falta no texto de Frei Betto uma referência à Comissão Nacional da Verdade, que, num dos textos, “Violações de direitos humanos dos povos indígenas” (2014), se debruçou sobre a questão. De fato, a Comissão Nacional da Verdade exerceu um papel importantíssimo, tirando o foco da época da colonização, na violência perpetrada contra os indígenas, e comprovando que o auge do extermínio se deu exatamente no período da Ditadura Militar. Do seu *Relatório* consta, inclusive, um subitem que diz respeito especificamente ao extermínio dos Waimiri-Atroari. Lá se alude aos depoimentos tomados aos indígenas sobre o “pó branco” lançado por aviões por cima das malocas, que matou todos que estavam na aldeia. Só não o nomeia em língua de branco.

A respeito desse assunto, eu queria chamar a atenção para o Capítulo IV do livro de Frei Betto, que conta uma experiência de Alfabetização entre os Kinja, liderada por um casal ligado ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário), numa escola erguida na aldeia Yawará, no Sul de Roraima. Não se imagina a dificuldade de uma alfabetização (deveríamos dizer, atualizando o termo, “letramento”?) para indivíduos de uma cultura ágrafa, que vivem imersos na oralidade. Respaldados em estudos de Linguística (inclusive com colaboração de pesquisadores da Unicamp), elaborou-se o sistema ortográfico Kinjayara com a participação dos falantes – um interessantíssimo trabalho comunitário, de reciprocidade pedagógica, que lembra Paulo Freire. Começaram com desenhos feitos pelos alunos, do universo cotidiano diante dos olhos (árvores, pessoas, rios, peixes, aves, onças) e o professor traduzia o significado dos desenhos em símbolos, grafemas; daí as conversas levaram a mitos, narrativas fundadoras, crenças milenares, ritos, festas... até que chegaram a

acontecimentos que marcaram os participantes, eventos traumáticos do grupo. E foi assim que se viabilizou (talvez pela primeira vez) a possibilidade de narração – através de desenhos, repito, seguidos de verbalização e da escrita, em frases transliteradas do idioma Kinja – desse “crime contra a humanidade” que foi o uso de napalm e arsênico despejados contra uma população indígena. Em *Tom vermelho do verde*, o “pó branco” a que os indígenas se referem aparece nomeado com todas as letras, na língua de civilizado. De fato, depois de algumas aulas, quando os professores tinham conquistado a sua confiança, os indígenas primeiro desenharam, e depois narraram: numa aldeia Kinja, numa festa tradicional que reuniu muita gente, vieram aviões e helicópteros que derramaram dos céus um pó branco, e “*Todos morrerem com nariz e garganta ardidos e muito calor no corpo*”. Sim, arsênico e napalm foram utilizados pelas Forças Armadas no extermínio dos Waimiri-Atroari. Nas aulas de Alfabetização, os alunos iam para a lousa, e “Desenhavam cenas: o sobrevoo dos aviões e helicópteros; o estranho pó que descai do céu [...]. Na escrita ao lado, as perguntas: “*Apyiemyekî*, ‘Por quê?’ *Apyiemyekî kaminja bakapa*, ‘Por que ‘civilizado’ matou?’” (p. 102).

A alfabetização desses indígenas acabou – literalmente – escrevendo um capítulo da destruição de seu povo.

Mas antes de finalizar eu gostaria de tratar de uma questão ligada à carpintaria ficcional do Frei Betto. Ele insiste em chamar essa obra de “romance”; eu prefiro chamá-la de relato ficcionalizado – que acho que foi, aqui, extremamente operativo. O Autor tomou fatos reais, agenciou-os numa trama narrativa, criando personagens que interagem com figuras históricas. Com nomes próprios e algumas mínimas características, esses seres são como que individualizados diante dos nossos olhos, passando de número neutro de um registro processual (como nos documentos da Comissão da Verdade) a uma “pessoa” que recebe o nosso afeto ou o nosso horror. Esse procedimento facilita a leitura e a assimilação de uma quantidade de dados que, de outra maneira, imprimiriam ao texto um formato de relatório. Algumas personagens são reais, outras, inventadas, por vezes representam uma espécie de condensado de tipos ou de uma classe social (como dos militares, por exemplo), cuja ação era bem conhecida, e de cuja boca sai o ideário que enforma uma ação. É o caso da frase do então chefe da Funai, Coronel João Carlos Nobral Vieira (sobre os estorvos civilizatórios), com que abri essa resenha; ou o pronunciamento do General Lira sobre o vazio populacional das terras amazônicas; ou as várias opiniões do fictício e tão verossímil coronel Fontoura, como por exemplo o conhecidíssimo lema “integrar para não entregar”.

Outro exemplo de expediente ficcional bem-sucedido é a palestra do indigenista Vitorino Alcântara, no Quartel do Batalhão de Infantaria da Selva, em Manaus, aos representantes dos envolvidos no projeto de abertura de estrada BR-174. Sob pretexto de reportar essa palestra, faz-se um histórico condensado da saga sangrenta dos Waimiri-Atroari, remontando ao século XVII. E ficamos sabendo, junto com os ouvintes, que os primeiros contatos com os Waimiri-Atroari teriam ocorrido em 1663, na região do rio Urubu, onde se instalou uma missão religiosa; os indígenas teriam reagido à tentativa de escravização, matando os missionários. Em represália, a tropa enviada pelo governador da Capitania do Maranhão incendiou aldeias, matou setecentos indígenas e aprisionou outros quatrocentos. Assim se inaugura

a dinâmica das relações desse povo com os ditos “civilizados”. Meia dúzia de anos depois, um colonizador português, traficante de escravos, dizimou milhares de indígenas nesse mesmo Baixo Urubu, ensejando, do lado dos habitantes originários cada vez mais arredios aos contatos com a civilização, uma aliança com outros povos para enfrentamento das forças coloniais; e do lado dos brancos, uma posição oficial de *guerra justa* aos indígenas. “*Calcula-se que foram mortos mais de 20 mil índios*” (p.33). Os números do massacre se sucedem, implacáveis, numa rotina de destruição ao longo do século XIX, até chegarmos à época da Ditadura, quando o morticínio atingiu o auge.

Mas além das mortandades, um outro procedimento narrativo rendoso – aproveitando que esse funcionário da Funai, indigenista, deveria apresentar os Waimiri-Atroari às autoridades – foi relatar a riqueza cultural desse povo, suas festas, seus rituais, a tradição transmitida pela oralidade, a hospitalidade, dando um lastro de humanidade a seres que a truculência dos “civilizados” em geral reduzia a meros números de vítimas... ou de assassinos.

Lá pelo fim do livro, numa coletiva de imprensa, na véspera de partir com um pequeno grupo para o coração da floresta, perguntado se não temia a violência dos indígenas, esse mesmo indigenista declara que “*a resistência é um direito deles, pois a própria Constituição lhes garante a posse daquelas terras*” (p. 116). Neste momento, passa pela cabeça do leitor que talvez Vitorino Alcântara tenha cometido alguma imprudência. O narrador ainda comenta que tanto ele quanto o Coronel Fontoura

tinham consciência de que o principal objetivo de abertura da rodovia não era a ligação viária entre duas capitais do Norte do país, mas sim a exploração mineral da Amazônia por empresas privadas que abasteciam as contas bancárias de autoridades federais (p. 116).

Enxuta síntese de uma situação. Chega-se aqui a um nervo exposto. Esse quadro se torna mais complexo ainda com a presença da MEPA (Missão Evangelizadora dos Povos da Amazônia), organização evangélica, para converter os indígenas, mas que na realidade acobertava a ação de mineradores, como o conhecido Pastor Gibson.

Vemos em ação o binômio civilização *versus* barbárie, e a justificativa da barbárie como custos do progresso, custos do desenvolvimento. Uma ideia que, mesmo que não fosse aferida com parâmetros éticos, se na década de 70 era cruelmente míope, agora é suicida. Pois as mudanças climáticas não são um risco futuro, eventual: elas já chegaram. Sabemos que há uma articulação entre meio ambiente e os povos originários: os indígenas é que garantem a floresta em pé. E a floresta garante a vida no planeta. Cada vez fica mais claro que a sobrevivência do planeta depende da floresta; e a floresta depende dos povos originários. A destruição dos ecossistemas põe em causa a própria existência coletiva. Genocídio dos indígenas é *eccídio*.

Mas a matança dos indomáveis Waimiri-Atroari continua. As últimas páginas desse livro-denúncia são absolutamente melancólicas. O tempo da enunciação é a atualidade, 2021. Ao final, surge o coronel reformado Luiz Fontoura, nosso conhecido, trôpego de velhice, em conversa com um major reformado, que se tornara presidente da Holos Global Investimento, representante de empresas estrangeiras interessadas em explorar as riquezas da Amazônia, “*a maior área mineral do planeta*”. A notação temporal da cena é dada pela foto oficial do atual presidente da República, pendurada

na sala onde se dá esse encontro, como que patrocinando o que lá acontecia: Jair Messias Bolsonaro. O papel do major, segundo suas declarações, seria

“Fazer a ponte entre os fundos de investimentos estrangeiros e as empresas que atuam na região. E tomar providências jurídicas e políticas para desmontar essa onda denunciasta de queimadas, garimpos ilegais, invasões de áreas demarcadas e, em especial, destravar o maior empecilho ao desenvolvimento da Amazônia, como o senhor bem sabe: as tribos de índios.” (p. 202)

Ecologia sem luta de classes é jardinagem, como dizia Chico Mendes.

SOBRE A AUTORA

ADELIA BEZERRA DE MENESES é ex-docente do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DTLLC/FFLCH/USP), professora aposentada do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (DTL/IEL/Unicamp) e autora de, entre outros, *Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque* (3ª ed. Cotia: Ateliê, 2002) e *Militância cultural: a Maria Antônia nos anos 60* (São Paulo: Com-Arte, 2014).

adeliabm@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-0906-8680>

REFERÊNCIAS

- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Texto 5. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: *Relatório*. Vol. II: Textos Temáticos. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. p. 203-262.
- FREI BETTO. *Tom vermelho do verde* (Romance baseado em eventos históricos). Rio de Janeiro, Rocco, 2022.
- SABATINI, Silvano; FON, Antonio Carlos. *Massacre*. São Paulo/Brasília: Sociedade Missionários de Nossa Senhora Consoladora/Conselho Indigenista Missionário, 1988.